

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DA CRIANÇA: IMPACTOS PARA A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM PARINTINS, AM.

Zildiane Souza Teixeira¹
Kézia Siméia Barbosa da Silva Martins²

RESUMO

Este trabalho apresenta a pesquisa realizada em 2018/2019, pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o processo de alfabetização e letramento das crianças nas escolas de Ensino Fundamental I em Parintins, Am, com intuito de analisar e discutir os impactos que tal política educacional traz para educação do contexto local, considerando os currículos escolares, o processo didático-metodológico desenvolvido pelos professores referente à alfabetização e letramento dos alunos, bem como a formação docente. A abordagem Qualitativa que norteou a pesquisa contribuiu significativamente para um olhar investigativo e mais aproximado da realidade observada, por meio da Pesquisa de Campo, assim como o desenvolvimento de entrevistas com professores, análises documentais e pesquisas bibliográficas. Os fundamentos teóricos embasaram-se em Arroyo (2011), Leite (2003), Soares (2016;2018), Pinto (2008), Marsiglia (2017), Pucci (2018), Ribeiro (2018), Rizzo (2005) e o documento da BNCC (2017), trazendo debates referentes ao Currículo Escolar e a Alfabetização e Letramento. Os resultados revelaram fragilidades e incoerências a respeito dessas mudanças curriculares para o contexto local, confirmando a necessidade de uma reflexão crítica sobre o processo de construção e implementação da BNCC, e compreensão das múltiplas intencionalidades que estão postas para a educação, especialmente neste estudo, para as crianças que estão em processo de alfabetização e letramento

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, Alfabetização e Letramento, Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem ocupado lugar de destaque nos debates e diálogos atuais sobre as políticas educacionais, bem como os posicionamentos que norteiam as escolhas e decisões curriculares dos mais diversos grupos sociais. Este trabalho faz uma análise crítica a partir dos dados construídos por meio da pesquisa realizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pela Universidade Federal

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Amazonas. Pesquisadora do Programa de Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), zildiane.teixeiraa@gmail.com.

² Professora Orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal do Amazonas, kezasimeia40@gmail.com.

do Amazonas, campus de Parintins, no período de agosto de 2018 a agosto de 2019, o que possibilitou um estudo sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) direcionada à alfabetização e letramento das crianças de Ensino Fundamental, 1º e 2º ano, os quais correspondem ao período de aprendizagem da leitura e escrita. De acordo com a BNCC, tal processo deve acontecer até o 2º ano do Ensino Fundamental.

A pesquisa teve como objetivo geral compreender o processo de alfabetização e letramento frente à nova Base nacional Comum Curricular e as mudanças na escola de Ensino Fundamental em Parintins-AM. E, especificamente, realizar uma pesquisa documental sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfatizando a relevância e os impactos deste documento, identificando como os professores alfabetizadores das escolas participantes da pesquisa compreendem o referido documento; e realizar pesquisa nas escolas de Ensino Fundamental, dialogando com professores alfabetizadores sobre os conteúdos da BNCC e as modificações que o documento propõe.

O estudo fundamentou-se teoricamente no documento da Base Nacional Comum Curricular (2017), em Arroyo (2011), Leite (2003), Soares (2016;2018), Pinto (2008), Marsiglia (2017), Pucci (2018), Ribeiro (2018), Rizzo (2005) e a BNCC (2017), cujas leituras possibilitaram refletir criticamente sobre Currículo, o processo de construção da BNCC e compreender as múltiplas intencionalidades que estão postas para a educação em relação aos objetivos de aprendizagem na escola. Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa embasou-se em uma Abordagem Qualitativa por meio da Pesquisa de campo com realização de entrevistas, análises documentais e pesquisas bibliográficas. Foram realizados estudos, fichamentos analíticos das obras, análise da BNCC e das propostas curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental e diálogo com gestores, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores.

As várias propostas oficiais e programas estabelecidos para enfrentar carências e lacunas relacionadas ao processo de alfabetização das crianças têm sido motivo de preocupações e tensos debates no contexto das pesquisas em educação e nos âmbitos escolares, seja pela relevância da mesma no que tange à apropriação das habilidades de leitura e escrita da criança ou pelos problemas que a circundam como: baixo desempenho das crianças na aprendizagem da leitura e escrita, critérios dos exames nacionais para aferir o domínio das capacidades de leitura dos alunos nas escolas públicas, os métodos de alfabetização utilizados pelos docentes, dentre outros temas abordados (SOARES, 2016, 2018; ESTEBAN e WOLF, 2015; ALMEIDA e FARAGO, 2014; MORTATTI, 2010; KRAMER, 2001).

Na proposta inicial desde trabalho um dos objetivos era analisar esse desenvolvimento frente às orientações da BNCC, considerando as práticas dos professores. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa identificou-se que as escolas ainda não estavam planejando e desenvolvendo as atividades alfabetizadoras conforme as orientações da BNCC. Na realidade, este documento ainda não foi implementado nas escolas do município, dado constatado por meio de visitas nas escolas e diálogo com os gestores, coordenadores pedagógicos e professores das escolas municipais.

Como resultados do estudo, constatou-se que a BNCC ainda causa estranhamento e é desconhecida por parte dos professores. As escolas do contexto local carecem de iniciativas que possibilitem a discussão e o conhecimento sobre o documento e as modificações que serão efetivadas a partir da sua implementação, bem como há a necessidade de formação docente sobre este documento normativo. No contexto de Parintins, Amazonas este documento trará “novos” norteamentos e determinações para os currículos escolares, por isso é relevante uma compreensão crítica, fundamentando uma prática alfabetizadora também crítica e significativa.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se a luz da abordagem Qualitativa, por meio da Pesquisa de campo com a realização de entrevistas com os professores alfabetizadores, análises documentais e pesquisas bibliográficas. O diálogo com gestores, coordenadores pedagógicos e professores alfabetizadores possibilitou o contato direto com os sujeitos colaboradores da pesquisa. De acordo com Teixeira (2012), a pesquisa Qualitativa proporciona ao pesquisador, reduzir a distância dos estudos teóricos dos dados construídos a partir da investigação, sendo possível a descrição e interpretação de todo o processo constituinte do estudo, pesquisa ou investigação, considerando também as experiências pessoais do pesquisador como elementos importantes para análise e compreensão dos fenômenos.

As primeiras ações da pesquisa se concretizaram a partir das discussões que estavam ocorrendo no contexto educacional a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular, com isso verificou-se a necessidade de compreender como esse processo de implementação aconteceria em Parintins, Amazonas. As etapas iniciais ocorreram por meio de pesquisas bibliográficas, sobre as principais temáticas - a Base Nacional Comum Curricular e Alfabetização e Letramento - por meio de fichamentos bibliográficos e relatórios mensais.

Com a realização da pesquisa de campo, houve o contato com os gestores e professores em 04 (quatro) escolas pesquisadas, com o objetivo de dialogar sobre a BNCC, assim também com os professores alfabetizadores que atuam nas escolas municipais, por meio da entrevista

semiestruturada, respeitando todos os critérios e procedimentos éticos para ter o livre consentimento dos mesmos.

Portanto, a partir dos dados obtidos e discutidos no estudo, socializaremos os mais relevantes no que se refere entrevista com os professores alfabetizadores sobre a BNCC, a respeito do que está prescrito no documento e as suas práticas alfabetizadoras, cujos resultados contribuíram de modo relevante para as discussões deste estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

CURRÍCULO ESCOLAR E A NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): PONTOS E CONTRAPONTOS.

A Base Nacional Comum Curricular, documento curricular de caráter normativo, já estava previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, assim como no Plano Nacional de Educação (2014), o qual já sinalizava as intenções vinculadas à interesses de organizações privadas e objetivos internacionais, a fim de organizar uma Base Nacional Comum Curricular que garantisse a padronização do ensino em todo o país, principalmente em termos de estrutura e organização educacional bem como a própria formação dos professores atuantes em todos os níveis de ensino.

Com a homologação, o documento anseia “padronizar” o ensino em todo o país. Com isso há a necessidade de reorganização dos currículos escolares em todo o Brasil. Os principais aspectos que o documento dispõe para que os seus objetivos sejam alcançados referem-se às Competências, Habilidades e Direitos de Aprendizagem. Entretanto Marsiglia *et al*, (2017) argumenta que ao enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, e não destacar os conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensinar, o documento apresenta uma perspectiva que visa adaptar os alunos ao mercado de trabalho ou, mais propriamente, ao “empreendedorismo”. Ou seja, com o crescente desemprego e a consequente diminuição do trabalho formal, o objetivo dessa formação é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mundo do trabalho informal e precarizado, compatível com as novas demandas do capital para este século, voltadas para a acumulação “flexível”.

Ao analisar estes tópicos, podemos visualizar criticamente o conceito de cada termo, e compreender as bases conceituais e epistemológicas que fundamentam esta tentativa de um currículo único para todos. Desde a construção da BNCC, homologação e implementação, muitas questões são elencadas acerca desde novo momento no contexto educacional tais como: Como foi construída essa Base? Quem participou dessa construção? Como aconteceu a seleção

e organização dos conteúdos? Como analisar quais conteúdos são importantes para serem ensinados? De que forma os educadores compreendem esse documento? E quais as medidas para a sua real implementação na educação brasileira. As respostas para essas questões advêm de muitos debates e estudos aprofundados sobre tais indagações. Por isso é imprescindível refletir sobre tal processo.

É importante ressaltar que a BNCC, não é o currículo escolar, os currículos das escolas devem ser construídos com base nos conteúdos presentes em sua composição, respeitando as particularidades de cada região. A BNCC contempla 60% dos conteúdos a serem ensinados nas escolas, os 40% visam contemplar as especificidades de cada localidade e os currículos deverão ser modificados, no entanto deparamos com algumas contradições. As provas para avaliar o desempenho educacional dos alunos, realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), não consideram os conteúdos locais, as provas avaliam a partir de documentos como a BNCC, e as escolas preocupadas com os índices e premiações que os altos números promovem para as escolas centralizam o ensino nos conteúdos globais, com isso as disputas curriculares se intensificam cada vez mais.

Infelizmente, as mudanças, em maioria, são aprovadas de forma hierárquica, as decisões são tomadas de cima pra baixo, as propostas são “impostas”, pois os professores acabam por repetir os textos que já vem prontos e prescritos nestes documentos. Segundo Arroyo (2011) predomina uma visão única, generalista e abstrata de igualdade e de políticas educativas. O autor afirma que ao longo destas décadas tem prevalecido a defesa do ideal de escola única, currículos únicos, percursos, tempos, ritmos, avaliações e resultados únicos, parâmetros únicos. As justificativas de diretrizes nacionais refletem esse ideal de unicidade como sinônimo de igualdade de direitos. Educação (em abstrato), direito (em abstrato) de todo cidadão (abstrato). Sem rostos. Nessa concepção se avança em um ideal de igualdade tão abstrato e descontextualizado que os diferentes feitos desiguais terminarão ficando de fora.

Como se vê, os pontos e contrapontos são muitos em torno da Base, afinal trata-se de processos que suscitarão mudanças nas estruturas curriculares, nos planos pedagógicos e práticas docentes. Porém boa parte dos professores não compreendem as múltiplas intenções existentes por meio da implementação deste documento normativo. São necessários estudos, debates críticos e proposições que contemplem a realidade das escolas que compõem cada lugar desse Brasil, dessa Amazônia, quem tem suas singularidades e múltiplos saberes.

NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL, SÉRIES INICIAIS.

De acordo com Magda Soares (2004), um olhar histórico sobre a alfabetização escolar no Brasil revela uma trajetória de sucessivas mudanças conceituais e, conseqüentemente metodológicas. Atualmente, no Brasil, parece novamente um desses momentos de mudanças. As discussões atuais em torno da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), necessitam de maiores debates e estudos investigativos que possibilitem uma análise mais aprofundada e crítica sobre este documento curricular e as implicações nos anos iniciais do Ensino Fundamental. É relevante compreendermos as bases epistemológicas e metodológicas que norteiam os saberes referentes às linguagens, culturas e as diversas práticas curriculares que serão mobilizadas a partir deste documento.

A BNCC, estabelece que as crianças devem ser alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental, e com isso as ações pedagógicas tem que se voltar para assegurar que de fato as escolas alcancem este resultado. No texto aprovado (BRASIL, 2017. p 61), destaca-se:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social.

Diante desta perspectiva em alcançar a alfabetização e o letramento das crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental, apresentam-se dificuldades para o processo ensino aprendizagem, pois os alunos não aprendem em ritmos e processos iguais, cada criança aprende de acordo com suas possibilidades. É necessário um olhar mais atento sobre as mudanças relacionadas à alfabetização, para que não a torne uma etapa acelerada por interesses que não condizem com os contextos das escolas e com as possibilidades de aprendizagem das crianças.

Ao abordar a compreensão do processo de alfabetização, nos deparamos com um retrocesso de certo modo, como bem fora citado a BNCC, na aceleração do processo de alfabetização. O ensino de fato será voltado a assegurar que os alunos saibam, ler e escrever sem considerar as conquistas didáticas metodológicas que foram alcançadas com estudos e pesquisa feitas por teóricos da área. Não podemos regredir ao ponto de voltar a ver a criança como um ser receptor de informação, deixando de lado a sua capacidade de produzir o seu próprio conhecimento.

As problemáticas relacionadas a alfabetização e o letramento perpassam a decodificação de signos e símbolos dos códigos alfabéticos e estão intimamente relacionadas a compreensão e ação frente ao mundo. As necessidades humanas estão voltadas para o entendimento de si mesmo e com isso o entendimento do que nos cerca. Os alunos não podem ser moldados a pensar e aprender sob um único ponto de vista. As interações já vivenciadas pelas crianças como oralidade, espaço, tempo, entre outros, permitem com maior facilidade a compreensão das práticas de ler, escrever, ouvir, expressar-se em diferentes contextos, ampliando sempre seu vocabulário linguístico.

Durante os primeiros anos, a apropriação do sistema alfabético ocupa um espaço de destaque, sendo que as demais linguagens obtêm um novo significado pela alfabetização. Bazani e Montagnoli (2018) analisam que o documento deixa ainda muitas dúvidas. No que diz respeito ao Ensino Fundamental – anos iniciais, a BNCC (2017) prioriza a alfabetização nos dois primeiros anos - quando o aluno deve se apropriar do sistema de escrita alfabética - no entanto sabe-se das dificuldades vivenciadas pelos alunos, principalmente das escolas públicas, e que nem sempre ocorre como esperado ou proposto nos documentos. Para que a alfabetização seja “acelerada”, é necessário comprometimento com a Educação Infantil. Esse também é um ponto crucial que necessita ser repensado. Os autores asseveram que é urgente pensar alfabetização, uma vez que ainda hoje são muitos os desafios que estão postos.

É fundamental estarmos atentos a essas mudanças e estudar as possibilidades de sua efetivação, bem como os impactos, efeitos e mudanças que serão suscitadas no contexto das escolas, pois muitas vezes as reformas, propostas curriculares de alfabetização ocasionam somente acelerar um processo que já se encontra bastante defasado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do contato direto com a comunidade escolar, os resultados alcançados nesta pesquisa, destacam o desconhecimento por parte dos profissionais da educação do contexto local sobre a BNCC, isso resalta o quanto este documento normativo, que tem pretensões ambiciosas com objetivos de modificar a educação brasileira e tornar o ensino único em todo o país, precisa ser melhor discutido no contexto educacional.

Dentre as ações realizadas na pesquisa, buscou-se primeiramente o contato com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para dialogar com o secretário de educação e os pedagogos do município sobre as articulações que vinham ocorrendo para que as escolas conhecessem a BNCC e seu processo de implementação. Os profissionais da SEMED afirmaram que as escolas já estavam trabalhando com a BNCC, e que os currículos já estavam se

adequando, enfatizando também que a meta em relação á alfabetização era que as crianças fossem de fato alfabetizadas até o 2º ano so Ensino Fundamental. Afirmaram já ter organizado para os educadores processos de formação em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

Ao realizar as entrevista com os professores acerca do conhecimento sobre a BNCC, afirmaram:

[...] eu tive sim [...] contato com a base ano passado, praticamente ela já estava na versão final. (PROFESSOR - 2º ano – Escola A).

Sim, através de demonstrações de alguns conceitos, alguns materiais pelo pessoal da escola, encontro pedagógico de 2018-2019. Os encontros foram a partir de seminários entre as escolas do estado e do município. (PROFESSOR - 2º ano - Escola B).

Tenho conhecimento, tive acesso ano passado nos encontros organizados pela SEMED. ((PROFESSOR, 1º ano – Escola C).

*A finalidade da Base é justamente agregar todos os conhecimentos e levar para todo o Brasil. Aquilo que o aluno daqui de Parintins está aprendendo o aluno lá do sul do país, São Paulo, Rio Grande do Sul deve aprender[...]
(PROFESSOR, 2º ano – Escola A).*

Pelo que eu entendi seria todas as escolas falarem a mesma língua ao mesmo tempo,[...]. (PROFESSOR, 2º ano – Escola B).

*Trazem algumas mudanças, umas coisas nem mudaram, eu queria que ela contemplasse a nossa realidade [...] mas a gente não pode mudar, olha os livros didáticos, a gente queria que fossem de acordo com a nossa região [...]
(PROFESSOR, 1º ano – Escola C).*

Nas respostas dos professores sobre ter conhecimento da BNCC, mencionam as articulações da SEMED em proporcionar a eles esse contato com o documento, afirmando conhecerem o documento. Entretanto percebe-se uma fragilidade nessa compreensão, visto que não conseguem formular uma resposta segura e crítica a respeito do documento. Os argumentos em defesa da BNCC pelos docentes é que ela trará melhorias aos resultados, pois os conteúdos serão padronizados, o que também contribui para os testes e provas em larga escala. Então, será necessário segui-la.

Os professores entrevistados apresentaram em suas falas alguns equívocos nesse processo de compreensão e inserção dos conteúdos da base nas práticas curriculares, balizando o currículo da escola à BNCC. Para Santos e Diniz-Pereira (2016) a proposta de uma BNCC termina sendo uma medida inócua, pois a experiência tem mostrado que os professores, com raras exceções, não consultam os documentos oficiais para preparar suas aulas. Outras medidas são necessárias para elevar o padrão de qualidade da educação brasileira, que incluem desde a

melhoria dos prédios e equipamentos escolares até a melhoria da carreira, do salário e da formação dos professores. Docentes bem qualificados são indispensáveis para a democratização da educação, contribuindo para que as crianças e jovens das camadas populares possam ter uma trajetória escolar mais longa e sem grandes percalços.

Segundos os autores, padronizar o currículo é reduzir as oportunidades educacionais dos estudantes e a autonomia docente. Padronizar o currículo é negar o direito à diferença ocasionando em desrespeito para com as diversidades culturais. Padronizar o currículo é buscar um caminho fácil para um processo complexo e que não se resolve com medidas simplistas, é uma solução barata para substituir a soma de investimentos que a educação necessita. É, pois, mais uma solução inócua para os graves problemas que desafiam o campo educacional.

Identificou-se nas falas dos professores, que os mesmos afirmam que a BNCC trará muitos benefícios para educação, mas em outros momentos do diálogo disseram: “A gente discutiu sobre a Base, mas não podemos colocar o que queria, já estava tudo pronto. O que eles fizeram foi apenas ler para nós.” (PROFESSOR, 1º ano – Escola C). Afirmando também: “Durante a construção, não participamos. Depois que foi homologada, os encontros foram para ver o que estava pronto. Uma pessoa ia lendo e perguntava: vocês concordam? Fizemos poucas coisas, estava tudo praticamente pronto.” (PROFESSOR, 2º ano – Escola A).

Constata-se que os professores alfabetizadores entendem que precisam adequar formatar, ajustar o currículo da escola ao que a BNCC contempla, observando as mudanças em relação ao processo de alfabetização e letramento, mas ao mesmo tempo sentem-se inseguros e desafiados a enfrentar esse processo, além de não se sentirem participantes dessa construção. Em relação à alfabetização, predita na BNCC para ser alcançada até no 2º ano do Ensino Fundamental, argumentaram:

[...] A gente precisa ter o conhecimento do potencial das crianças, trabalhando no 2º ano a gente percebe isso. 98% dos nossos alunos eles já conseguem ter essas habilidades de leitura e escrita, é lógico que tem uma porcentagem que por conta de uma maturação biológica não acompanham, na turma de 2º ano 100% ele não vai acontecer por uns motivos mas é possível uma criança de 2º ano de 06 e 07 anos pode sim ser alfabetizado de acordo com a proposta da Base. (PROFESSOR, 2º ano).

Vai depender muito do professor, de como ele vai passar, o aluno só vai achar difícil o que for passado pra ele de forma difícil. O professor não precisa chegar na sala de aula e falar das mudanças para os alunos. O professor vai ter que automaticamente se adequar [...] já vieram tantas propostas diferentes pra gente. [...] sou ciente das dificuldades mas o processo não depende só da escola mas do todo, mas essa questão da BNCC está parado, ano passado foi mais badalado. (PROFESSOR, 2º ano).

Acho que não, até no segundo ano eles muitos deles não sabem nem pegar no lápis. Então eles tinham que ampliar esse processo. Tem alunos que conseguem ser alfabetizados mas a maioria não [...] e antes agente poderia deixar o aluno se ele não soubesse, hoje temos que passar o aluno ele sabendo ou não. (PROFESSOR, 1º ano).

Diante das falas percebe-se divergências com relação a possibilidade da alfabetização ser alcançada até a série prevista pela BNCC. Certamente que cada criança é capaz de realizar esse processo com grande êxito, porém, por trás do processo de alfabetização que muitos educadores entendem sobre ensinar a ler, escrever e calcular, existem implicações relevantes a serem rediscutidas no contexto educacional. A própria formação continuada dos docentes alfabetizadores precisa de melhor atenção e investimento por parte daqueles que formulam, aprovam e estabelecem as políticas educacionais.

Soares (2004) destaca as problemáticas que se iniciam nos anos iniciais e perpassam por todo o ensino fundamental, onde se faz necessária a revisão dos quadros referenciais e os processos de ensino, do mesmo modo repensar, reconhecer e situar a distinção entre os processos de alfabetização e letramento, ressalta a necessidade de fomentar a conciliação entre as duas dimensões, integrando a alfabetização e o letramento sem que estes percam suas especificidades.

Em síntese, o processo de aquisição da linguagem oral e escrita enfrenta muitos desafios, no entanto exige-se que as escolas consolidem o que está prescrito nos documentos curriculares. E como forma de agravar mais a situação de um processo que se encontra defasado, surgem as provas avaliativas nacionais, que norteiam o currículo das escolas. Entretanto, alfabetizar não se restringe ao ler e escrever mecanicamente, mas compreender o sistema da escrita alfabética, fazer as interações com os saberes vivenciados no contexto para então dominar esse as habilidades linguísticas e utilizar nos mais diferentes contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a BNCC se configura atualmente como um documento oficial normativo da educação brasileira, o tema aponta para uma diversidade muito grande de novos estudos, sendo este uma aproximação teórica com o documento, pois existem muitas possibilidades de reflexão e ação investigativa sobre o tema, o qual é amplo, complexo e revela muitos contrapontos e tensões.

Dado o novo desenho político-administrativo do país, que sinaliza mudanças significativas das políticas públicas que impactam diretamente os processos educativos nas escolas e na formação dos professores, compreende-se que a formação das crianças na etapa de

alfabetização e letramento, necessita de uma base curricular sólida, preocupada com a formação do sujeito, baseada em conceitos teóricos consistentes importantes para a continuidade de sua formação, não uma mera repetição de receitas prontas ou adequações às provas e testes padronizados. A alfabetização é, portanto, fundamental para o avanço da aprendizagem, a partir do domínio da leitura e escrita, da compreensão da realidade e das concepções e práticas curriculares que permeiam as práticas pedagógicas no contexto das escolas amazonenses, considerando as singularidades e necessidades dos estudantes que habitam essas localidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vanessa Fulaneti de; FARAGO, Alessandra Corrêa. A importância do letramento nas séries iniciais, **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 1 (1): 204-218, 2014.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. 3º ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARROYO, Moguel. Políticas educacionais, igualdade e diferenças In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. RBP AE – v.27, n.1, p. 83-94, jan./abr. 2011. Disponível em <[http:// seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19969/11600](http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19969/11600)> Acesso em Nov. de 2018.
- BAZANI, Letícia Valéria; MONTAGNOLI, Gilmar Alves. **A Alfabetização na Nova Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos-2017/LetciaValriaBazani.pdf> Acesso em: 21 maio. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, Brasília, 2017.
- ESTEBAN, Teresa Maria; WOLF, Celia Claudia. Um olhar para a alfabetização a partir dos exames nacionais, **Revista de Estudios e Investigación em Psicología y Educación**. vol extr, n. 10. 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Alfabetização e Letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campina, SP: Komedi, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos **Pedagogia e pedagogos, para quê?** _ 9ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.
- MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão Marsiglia; *et all*. **A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil**. In: **Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.
- MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil; conjecturas sobre as avaliações e seus sujeitos privados, **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n.44. maio/ago. 2010.
- PERTUZATTI, Ieda. DICKMANN, Ivo. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensaio**: aval.

pol. públ. Educ., Rio de Janeiro. 2019. <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701479>>
Acesso em: 14 ago. 2019.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das Ideias**. 2º ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

PUCCI, Bruno. **Teoria Crítica e Educação**: contribuições da Teoria Crítica para a formação do professor. Disponível em <HTTP// <http://www.unimep.br/~bpucci/teoria-critica-e-educacao.pdf>> Acesso em 28 de Dez. de 2018.

RIBEIRO, Kelli da Rosa; NASCIMENTO, Silvana Schwab do. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Língua Portuguesa em Debate**. Rio Grande: Ed da Furg, 2018.

RIZZO, Gilda. **Alfabetização Natural**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, set.-dez., 2016.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Alfabetização: a questão do método**. São Paulo: Contexto, 2016. 377p.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.